



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Política Social e estratégias de desenvolvimento.

**COLONIZAÇÃO DA CULTURA: O SUBDESENVOLVIMENTO E  
SUAS RAZÕES**

**Pollyanna Paganoto Moura<sup>1</sup>**

**Resumo:** Desenvolver um modelo de análise que buscasse exprimir a real identidade da sociedade brasileira foi um dos grandes objetivos de Celso Furtado e Caio Prado Jr. Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de compreender a lógica do subdesenvolvimento na ótica de Celso Furtado e Caio Prado Junior. Buscaremos encontrar nesses autores quais os condicionantes da formação das sociedades subdesenvolvidas e os obstáculos que as impedem de alcançarem um padrão de desenvolvimento semelhante ao dos países centrais. Veremos com isso que nossa dependência econômica guarda forte relação com nosso passado colonial.

**Palavras-chave:** Subdesenvolvimento; Celso Furtado; Caio Prado Jr.

**CULTURAL COLONIALISM: UNDERDEVELOPMENT AND ITS CAUSES**

**Abstract:** Developing a model of analysis that sought to express the real identity of Brazilian society was one of the great objectives of Celso Furtado and Caio Prado Jr. In this sense, this paper aims to understand the logic of underdevelopment in the view of Celso Furtado and Caio Prado Junior. We will try to find in these authors the conditioning factors of the formation of underdeveloped societies and the obstacles that prevent them from reaching a pattern of development similar to that of the central countries. We will see with this that our economic dependence has a strong relationship with our colonial past.

**Keywords:** Underdevelopment; Celso Furtado; Caio Prado Jr.

“A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.”

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

## 1. Introdução

Celso Furtado e Caio Prado do Jr. foram dois grandes teóricos brasileiros que buscaram estudar a temática do subdesenvolvimento e traduzi-la para o conjunto da sociedade em busca de transformá-la. Ao contraporem as teorias de desenvolvimento então hegemônicas, os dois autores lançam interpretações únicas para qualificar a economia

---

<sup>1</sup> Doutoranda em economia do desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: <pollyannapaganoto@hotmail.com>.

brasileira. Críticos a tentativa de enquadrar a realidade dentro de determinados modelos de análise, ambos tem o mérito de construir teorias que modificam a forma até então apresentada para se pensar as sociedades ditas subdesenvolvidas.

Nesse sentido esse artigo tem o objetivo de compreender a lógica do subdesenvolvimento na visão de Celso Furtado e Caio Prado Junior. Mais ainda, buscaremos encontrar nesses autores quais seriam os condicionantes da formação das sociedades subdesenvolvidas buscando responder a seguinte questão: Quais os obstáculos que impedem as nações periféricas do capitalismo, no caso o Brasil, de alcançarem o padrão de desenvolvimento observado no centro do sistema capitalista?

Para tanto, nosso artigo está dividido em três partes além dessa pequena introdução. Na segunda apresentaremos a interpretação de Celso Furtado no que concerne a dependência tecnológica, razão de ser do subdesenvolvimento para esse autor. Na terceira abordaremos a leitura de Caio Prado Jr. quanto à formação da sociedade brasileira, especialmente na transição colônia-nação, segundo o qual traduz a dinâmica de nossa sociedade contemporânea. Na última seção apresentaremos nossas considerações finais para nossa proposta de estudo.

## **2. Celso Furtado: cultura e dominação**

Traduzir a dinâmica do subdesenvolvimento foi um dos objetivos incansáveis de Celso Furtado enquanto teórico. Este autor buscava não somente decifrar sua lógica de funcionamento como também encontrar uma solução para sua saída, respondendo principalmente a seguinte questão: por que os países periféricos não logram alcançar a dinâmica observada no centro do capitalismo? Para tanto compreendeu que precisava ultrapassar o campo teórico do economista *stricto sensu* e mergulhar em outras áreas das ciências sociais a fim fornecer uma resposta a essa dúvida que o perseguia<sup>2</sup>.

Mas, na medida em que avança, percebe cada vez mais que o desenvolvimento não é outra coisa senão uma miragem que leva a perpetuação da dinâmica dependente, traço marcante do subdesenvolvimento<sup>3</sup>. A seu modo de ver, a dominação mundial

---

<sup>2</sup> “Um quarto de século tateando os labirintos das teorias econômicas e esforçando-me para descobrir relações entre ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos de nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência no quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência [...]. (FURTADO, p.9, 1977)

<sup>3</sup> “[...] Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do capitalismo [...]” (FURTADO, p.89, 1974).

teria fonte primeira no controle das inovações tecnológicas. E justamente por esse domínio ultrapassar barreiras meramente econômicas, Furtado viu que a solução se concentrava na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo daquele disseminado pelos grandes centros hegemônicos.

Em sua abordagem, Furtado parte do conceito centro-periferia, desenvolvido no domínio da Cepal, para distinguir o posicionamento geoeconômico dos países no sistema econômico mundial. A condição de periferia se relacionaria com a dependência para caracterizar um conceito mais abrangente, o subdesenvolvimento. Estes elementos seriam condicionados pela geração, difusão e assimilação do progresso técnico, fator determinante na competição econômica do sistema capitalista. O corte se daria de um lado por um centro, produtor de bens industrializados e grande dinamismo da demanda, e de outro, por uma periferia fornecedora de matérias-primas e alimentos.

Segundo seu raciocínio, a inserção das economias periféricas, em especial da América Latina, na lógica do capitalismo industrial, sempre fora marcada por grande dominação e expropriação de seu excedente em direção aos grandes centros industriais que se formavam. Desde a relação colônia-metrópole, ou quando se constituíram como estados nacionais e até como economias totalmente integradas na lógica financeira mundial, esses países possuíam sua dinâmica determinada por uma adaptação aos padrões estruturais necessários para fomentar o processo de acumulação dos países centro.

Portanto, ao analisar a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas, Furtado vê que elas não podem ser pensadas de forma autônoma, separadas do sistema capitalista mundial. Viu que a relação centro-periferia constitui-se numa dinâmica que se retroalimenta e que o subdesenvolvimento, longe de uma etapa em direção ao desenvolvimento, não é outra coisa senão resultado da expansão das economias capitalistas, que encontravam nessas nações ricos viveiros de mão de obra e recursos naturais<sup>4</sup>. A constituição do modelo agrário-exportador por parte das economias pré-capitalistas, ao contrário do que se defendiam, foi, segundo a ótica de Furtado, resultado de um sistema de poder que se impunha: o poder que alguns países obtinham de extrair o excedente de outros e conduzir plenamente a formação de sociedades industriais, centro do capitalismo

---

<sup>4</sup> “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1983, p.142).

mundial. A própria industrialização na periferia, através da substituição de importações, fora marcada por ampla dependência tecnológica através da assimilação de produtos e processos advindos do exterior. Ou seja, ela rompe com o modelo agrário exportador, mas não consegue superar a dependência, que é severamente conduzida pela ausência de domínio tecnológico. Dentro dessa compreensão Furtado busca respostas do motivo pela qual os países subdesenvolvidos não optam por dominar um padrão de desenvolvimento tecnológico e reverterem de vez com sua lógica dependente.

Primeiro ele busca traçar o que se pode definir por tecnologia e como esta se insere na lógica da acumulação capitalista. Ele ressalta que a acumulação é o vetor do desenvolvimento das forças produtivas através do progresso técnico.<sup>5</sup> Isto é, a transformação estrutural das sociedades só pode ser alcançada com desenvolvimento tecnológico, ou melhor, com o avanço das técnicas de produção. Mas em que se constitui a tecnologia? Para o autor esta é fruto da capacidade criativa e inventiva do ser humano. No entanto, nas sociedades capitalistas industriais a criação humana estaria subordinada ao avanço das técnicas instrumentais para alimentar o processo de acumulação<sup>6</sup>. Assim, as próprias técnicas e a direção que se trilha em prol da acumulação refletiriam, por um lado, a capacidade criativa de certa sociedade e, por outro, a estrutura de seu sistema de poder que se expressa em determinada estratificação social. Por isso, falar em domínio das técnicas na sociedade capitalista requer entender quais grupos exercem o domínio sobre a produção e apropriação do excedente dentro de cada estrutura social.

Portanto, sendo a acumulação resultado da formação do excedente gerado por cada sociedade, e sendo ela ocasionada pelo desenvolvimento das técnicas, somente dentro de um sistema de poder podemos compreender como a criatividade humana é canalizada nas economias capitalistas. Ou seja, é percebendo a emprego de qual grupo a criatividade é posta a serviço que poderemos apreender como se forma o processo de geração tecnológica em determinada sociedade. Furtado (1980, p.45) explica:

Mas não se deve imaginar que a atividade criadora no plano dos valores é simples fruto do acaso. Para entender o processo de inovação em uma cultura precisamos inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais. Como compreender os monumentos, as obras de prestígio, as indumentárias decorativas que absorveram grande parte da atividade criativa em tantas culturas sem ter

---

<sup>5</sup> “A acumulação é apenas o vetor que permite, mediante inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento [...] (FURTADO, 1978, p.48)”.

<sup>6</sup> “[...]A história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental” (Furtado, 1978, p.83).

em conta a necessidade de legitimação dos sistemas de poder? (FURTADO, 1980, p. 45).

A estruturação de cada sociedade, seguindo essa lógica, desencadearia na formação de um sistema cultural, reflexo das relações estabelecidas entre os indivíduos e os valores nela difundidos. Esse sistema cultural seria algo abrangente que envolve tanto as relações objetivas dos indivíduos quanto seus valores ideológicos, variando de uma sociedade para outra. Portanto, para Furtado, na análise do subdesenvolvimento é indispensável conhecer quais classes dominam os canais de disseminação cultural, pois este seria o reflexo do poder exercido pelos grupos hegemônicos que dominam a produção do excedente e controlam o processo de difusão tecnológica<sup>7</sup>. O dinamismo das sociedades capitalistas industriais se assentaria, portanto, no fato de que “[...] a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apoia-se na inovação técnica [...]” (FURTADO, 1980, p.11). O progresso tecnológico seria o grande vetor de transformação social operando não só sob a base material como também na cultura erigida nessas sociedades. Resalta:

[...] A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas” (FURTADO, 1980 p.46).

A atividade de criação humana que resulta num processo de inovação não seria simples fruto do acaso, mas a expressão de um padrão de cultura existente em uma sociedade. Nesse sentido, para entender a forma como as grandes economias capitalistas centrais dominam o desenvolvimento das técnicas das economias periféricas, requer compreender como as mesmas dominam seus sistemas de cultura.

Podemos dizer assim que as economias subdesenvolvidas não dominam um processo de desenvolvimento tecnológico autóctone, segundo Furtado, porque sua cultura é inundada pelos padrões culturais do centro, o que as impede de obter de sua própria cultura um padrão tecnológico com efeito transbordador. Ou seja, além de sua dinâmica

---

<sup>7</sup> “[...] Portanto, a composição do excedente é em grande parte um reflexo do sistema de dominação social, o que significa que sem um conhecimento da estrutura de poder não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas”. (FURTADO, 1977, p. 29).

ser construída visando uma transferência maciça de excedente em direção ao centro, este também os impõe a assimilação de uma trajetória de desenvolvimento alheia à sua estrutura social, gerando grande concentração de renda e baixo dinamismo. Com efeito, a tecnologia desenvolvida nos grandes centros capitalistas carrega consigo o resultado de um processo particular, onde influem elementos tanto objetivos como não objetivos, e somente naquela estrutura ela pode gerar resultados eficientes em termos sociais. Os bens lá produzidos possuem em sua composição valores culturais herdados das classes que comandam e dominam o padrão de desenvolvimento das mesmas e, portanto, representa o projeto de vida de uma coletividade, das decisões tomadas pelos grupos que lá participam de uma ou de outra forma do sistema de dominação social.

Assim, ao internalizar o progresso técnico forâneo as economias periféricas experimentam grandes mudanças nas formas de produção e estratificação de sua sociedade, mas, sobretudo sofrem transformações que incidem sobre seu sistema de cultura. Com isso, somada a subordinação econômica característica das economias subdesenvolvidas, acrescenta-se a imposição de um padrão cultural alheio que reforça sua dependência e as impedem de dominar um processo próprio criador de inovação. Ressalta Furtado (1983, p.183):

O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam “dependentes”. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria dentro do sistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um “enclave” social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na “superfície” da procura. É a industrialização “substitutiva de importações”, conforme vimos, que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo. (FURTADO, 1983, p. 183).

A coexistência de duas formas de produção, uma capitalista e outra não, leva ao rompimento de um sistema de cultura nacional na periferia, pois uma vez assimilado o desenvolvimento das técnicas de produção externas, a capacidade criativa interna é minada, logo não se forma um sistema de cultura completo nessas sociedades, aprofundando com isso seu caráter subdesenvolvido.

A partir dessa perspectiva Furtado explica que as economias periféricas não puderam construir plenamente uma civilização industrial, acessando-as somente de forma

indireta, constituindo-se apenas como um apêndice das mesmas. A estrutura industrial erigida nas economias periféricas, baseado no sistema de substituição de importações, teria entregado a dinâmica industrial a grupos estrangeiros, recriando internamente a lógica produtiva do centro. Desse modo a relação entre cultura, criatividade e tecnologia é desvinculada desde seu nascedouro, cabendo a um grupo de elite mimetizar e se apropriar de valores importados.

Com o advento das transnacionais a partir da segunda metade do século XX<sup>8</sup> reforça-se ainda mais a constituição de uma estrutura econômica divorciada de sua própria cultura. Principalmente por reduzir nos Estados nacionais seu poder de decisão e subjugar as atividades econômicas ao controle capital estrangeiro, permite a imposição e uniformização de padrões de consumo e comportamento que lhes são alheios. As economias periféricas assumem uma forma de viver engendrada pela industrialização dos países dominantes que monopolizam a criatividade e inventividade para seu próprio benefício. Logo, sua atividade industrial fica fatalmente subordinada ao movimento do capital estrangeiro e com isso não alcançam uma via de desenvolvimento em razão de um projeto de afirmação nacional. Deste modo periferia não consegue construir um projeto de desenvolvimento que engendre uma civilização industrial.

Nesse sentido, cabe ressaltar que as transformações estruturais alcançadas pelas economias periféricas além de sempre conduzidas por ampla subordinação econômica aos países do centro, atinge também uma subordinação na esfera cultural. Com efeito, as relações de dominação são aprofundadas e prolongadas, tornando muito mais distante a consolidação de uma identidade nacional que viabilize um projeto autônomo de desenvolvimento com vistas a superar sua dependência tecnológica.

Portanto, resgatar a criatividade e identidade nacional seria o elemento central na luta da construção de uma modelo de desenvolvimento nacional. Como a tecnologia constitui a expressão final da criatividade humana, sua libertação estaria, desse modo, no centro dessa questão como Furtado (1978, p.116) aponta:

Dos recursos de poder referidos, o primeiro – o controle da tecnologia – constitui atualmente a trava mestra da estrutura de poder internacional. Reduzida a suas últimas consequências, a luta contra a dependência vem a ser um esforço para anular os efeitos do monopólio desse recurso detido pelos países centrais. É que a tecnologia possui a virtualidade de, por uma ou outra forma, substituir-

---

<sup>8</sup> “[...] a penetração das empresas transnacionais no setor industrial das economias periféricas acelerou-se a partir dos anos 50. O instrumento essencial de penetração foi o controle da tecnologia, concebida em seu sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, *engineering*, produção de equipamentos, montagem e operação de usinas [...]” (FURTADO, 1980, p.135).

se a todos os demais recursos de poder. Não é demais lembrar que a tecnologia constitui na civilização industrial a expressão final da criatividade humana. (FURTADO, 1978, p. 116).

### **3. Caio Prado Júnior: colonização e dependência**

A história do pensamento de Caio Prado Junior foi marcada por sua independência política – como militante de esquerda e membro do Partido Comunista Brasileiro – e grande criatividade teórica – considerado um dos primeiros intelectuais a utilizar o materialismo histórico de Marx para apreensão da formação econômico-social do Brasil<sup>9</sup>. Com sua postura não dogmática e crítica ao que até então se considerava o pensamento de esquerda brasileira (baseado na transposição dos esquemas de análise soviéticos para o Brasil), Caio Prado vê a necessidade de construção de um arcabouço teórico condizente com a realidade dos países que se encontravam em situação semelhante ao Brasil, isto é, daqueles cujo passado colonial remontasse a uma estrutura socioeconômica dependente e subordinada na lógica capitalista mundial. Nesse ponto sua percepção dialética proporciona um modo de análise extremamente coerente em que relaciona as características do todo (orgânicas) com suas especificidades (inorgânicas), criando ao mesmo tempo uma percepção basilar para as sociedades colonizadas como Brasil, e específicas, ressaltando as diferenças particulares de cada uma delas.

Sua principal perseguição enquanto teórico foi, nesse sentido, empreender uma análise da formação da sociedade brasileira, voltando-se principalmente para os condicionantes do processo de transição entre seu passado colonial e o que então se poderia chamar de nação. Preocupava-se com a necessidade de elaborar uma forma de interpretação que refletisse a real identidade do Brasil, demonstrando a forte dependência de seu passado colonial, em contraposição às teses que privilegiavam a história de um Brasil ideal que buscava “[...] enquadrar a realidade, a história, em pré-conceitos, em modelos abstratos, para fazer a crítica da história real” (OLIVEIRA, 2001, p.318).

São dentro dessas percepções que o autor vai explicar o que entende por subdesenvolvimento. Segundo ele, trata-se de uma formação social específica na qual as relações de produção existentes impossibilitam a existência de um desenvolvimento autônomo com base própria, nacional<sup>10</sup>. No caso de economias como o Brasil e demais países

---

<sup>9</sup> Ver Coutinho (2000).

<sup>10</sup> “[...] A economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias, nacionais, e sim em função de

da América Latina, que denomina de “economias coloniais em transição”, o subdesenvolvimento estaria associado à posição complementar e periférica que esses países ocupam no sistema capitalista mundial somada à incapacidade dessas nações romperem com suas relações de dependência que remontam fortemente seu passado colonial e integrarem desse modo, o conjunto de sua população no mercado de trabalho em relativas condições de igualdade. Discorre Prado (1987, p.86):

Nesse complexo processo evolutivo de transição de colônia para nação destacam-se sobretudo, na atual etapa, dois aspectos essenciais que, de certo modo, se situam no centro do processo, e que, intimamente interligados, podem ser considerados à parte para os fins de nossa análise [...] de um lado, o caráter originário da economia brasileira, estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada no passado colonial (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 86) .

Essas condições impedem no país a constituição de um mercado interno forte capaz de alavancar seu processo de desenvolvimento de modo que perpetue sua condição subalterna e colonial. Por isso, o autor considera importante realizar tal distinção entre o subdesenvolvimento e “economias coloniais em transição”, pois segundo ele a designação genérica ao subdesenvolvimento (realizada pela teoria ortodoxa vigente), associada simplesmente a países de renda nacional baixa, inclui países essencialmente distintos e que não podem, nem devem, serem tratados em conjunto<sup>11</sup>.

A originalidade na contribuição de Caio Prado é, portanto, justamente mostrar que a posição subordinada do Brasil contemporâneo frente ao sistema capitalista mundial é decorrente da forma como se deu seu processo de colonização. Forma essa que difere das colônias que se estabeleceram nas regiões de zona temperada, como os Estados Unidos. Caio Prado se vale da interpretação, até então não explorada no Brasil, de Leroy-Beaulieu no trabalho *De La Colonisation Chez les Peuples Modernes*, de 1874 no qual faz uma distinção entre colônias de exploração e de povoamento. Enquanto as primeiras,

---

objetivos estranhos que são o dos países dominantes do sistema” (PRADO JUNIOR, 1966, p.192).

<sup>11</sup> “[...] Em suma, a teoria corrente do desenvolvimento considera apenas o aspecto *quantitativo* desse desenvolvimento (a quantidade de progresso econômico), sem dar maior atenção às diferenças qualitativas do desenvolvimento, a saber, o tipo ou categoria de situação ou de evolução econômica em que se enquadra cada país ou grupo de países [...]. Essa maneira simplista de considerar a evolução econômica em termos unicamente de progresso econômico, de que a renda nacional constituiria o índice mais expressivo, é essencialmente falha e insuficiente [...]” (PRADO JUNIOR, 1966, p. 191).

referente aos casos ocorridos nas zonas temperadas, se constituíram em razões, sobretudo, de ordem econômica, políticas e religiosas (tal como cercamento dos campos na Inglaterra e perseguição aos puritanos), as segundas, ocorrida nas regiões tropicais e subtropicais, foram fruto de um empreendimento comercial europeu. Assim, enquanto nas colônias de povoamento o objetivo era constituir uma civilização mimetizando suas sociedades de origem (percebida pela própria caracterização que foi dada ao lugar denominando-o, por exemplo, de “Nova Inglaterra”), visando “[...] construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas [...]”, a colonização nos trópicos é organizada como uma “vasta empresa colonial” cujo objetivo primordial é fornecer produtos primários para o exterior. Prado (2015, p.24) explica que a história da área tropical é portanto muito diversa. Em primeiro lugar ele destaca as condições naturais, severamente distintas do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Outro ponto refere-se a forma como se dará a exploração agrária, constituída em produção de larga escala, grandes propriedades e elevado número de trabalhadores, recrutados de raças indígenas do continente ou negros africanos importados e dirigidos pelo colono branco. Essas colônias, segundo Prado (2015, p.28):

[...] conservará um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados [...]. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da evolução e formação históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 2015, p. 28).

Para Caio Prado, é nessa estruturação econômica e social, voltada sobretudo para produção e exportação de gêneros alimentícios e minerais de alto valor no mercado internacional, que se origina a extrema concentração de riqueza que caracteriza a economia colonial e vem marcar a nossa sociedade hoje. Uma organização econômica que reúne grandes contingentes de trabalhadores em torno da grande unidade produtora, tanto na agricultura quanto na mineração, e composta, maiormente por mão de obra escrava, não visa à constituição de um mercado interno próprio capaz de impulsionar algum dinamismo econômico que não seja somente aquele que visa garantir a funcionalidade desse

próprio modelo.

Sendo assim a produção na colônia é marcada igualmente pelo baixo nível de desenvolvimento tecnológico, configurando um padrão de exploração extensivo em mão de obra e instável no tempo e no espaço dos recursos naturais do país. Nesse ponto Prado (2015, p.75) adverte que “[...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita [...]”, mas movimenta-se entre litoral e interior em virtude da animosidade de cada ciclo econômico (açúcar, borracha, ouro, café, pecuária, etc.) com vistas a um mercado exterior e longínquo. Daí sua instabilidade seria reflexo da mobilidade da população muito superior a de outros países novos.

Assim, o período colonial é retratado por Prado pela falta de dinamismo e autonomia e subordinação aos objetivos da metrópole, quais sejam a produção e exportação de gêneros tropicais, estes condicionados ao sabor da conjuntura internacional. Daí advém a explicação no autor que, mesmo depois de abolido o regime colonial com a Independência, mantêm-se na estrutura a natureza subordinada: “[...] uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio [...]” (PRADO JÚNIOR, 2015, p.132).

A estrutura socioeconômica instável composta por grandes segmentos excluídos, e enorme desigualdade social, mina segundo a visão de Caio Prado, o projeto de formação de uma nação genuína, que integre um projeto nacional em função de suas necessidades e aspirações. Portanto, seu processo débil de produção e mercantilização que se destinaram unicamente ao atendimento dos interesses da Coroa Portuguesa em sua colonização, irão impedir a consolidação no Brasil de um mercado interno capaz de se afirmar como propulsor do movimento de valorização do capital. Ou seja, a independência política não será capaz de romper com os laços de dependência do país de modo a superar sua posição subalterna na economia mundial.

Portanto ao analisar as teorias de desenvolvimento econômico convencionais, Caio Prado adverte que as mesmas, ao se basearem nos modelos dos países centrais, supõem que as nações dependentes estariam destinadas a essa mesma trajetória, ignorando os obstáculos inerentes a suas estruturas internas e externas herdadas da fase colonial. Não conseguem por isso explicar as dificuldades das economias periféricas em

propulsionar a expansão de suas forças produtivas<sup>12</sup>. Daí a importância que o autor atribui à análise histórica nas “economias coloniais em transição”.

Por isso, o subdesenvolvimento seria caracterizado pelo conjunto de circunstâncias históricas que impedem que o processo de acumulação de capital nesse tipo de economia seja orientado à decisão nacional. Nas “economias coloniais em transição” esse fator é explicado pelo tipo de formação social que se estabelece à mercê dos ritmos impostos pela reprodução do capital internacional. Diz:

[...] No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles, que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição econômica subsidiária que lhes cabe de fornecerem produtos primários – matérias-primas e gêneros alimentares – aos países do centro do sistema [...] (PRADO JUNIOR, 1966, p. 192).

A extrema vulnerabilidade econômica será um traço marcante das economias dependentes segundo sua ótica, pois dependerá quase exclusivamente do interesse de consumo ditado pelo mercado internacional, ficando sua produção subjugada aos ciclos econômicos externos. Ou seja, falhando essas possibilidades, o interesse por seu produto ou a estabilidade do capital estrangeiro, colapsa a sua economia. Por isso, nos países capitalistas dependentes o desenvolvimento é descontínuo e instável.

Assim, se num primeiro momento enquanto colônia, e depois já como um estado nacional independente o Brasil se caracteriza por uma economia exportadora de produtos primários, com a desarticulação da antiga divisão internacional do trabalho, organizada em torno da economia inglesa, abre-se espaço para o processo de industrialização nas economias periféricas voltada para a “substituição de importações”. O estrangulamento cambial, ao romper a capacidade para importar, proporciona investimentos industriais voltados para atender à demanda interna que era atendida pelo mercado estrangeiro.

No entanto, Caio Prado ressalta que o modelo de substituição de importações, mesmo representando um impulso à dinamização de um mercado interno e diversificação do parque nacional, fica subordinado à lógica de modernização do consumo das elites

---

<sup>12</sup> “Em suma, o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no que diz respeito a fatores essenciais que são a acumulação capitalista e a inversão, é condicionado por circunstâncias peculiares que as teorias econômicas correntes e consagradas – isto é, as elaboradas em função da experiência dos grandes países capitalistas – não consideram que precisam ser levados em conta” (PRADO JUNIOR, 1966, p.219).

nacionais. Quer dizer, a industrialização visa mimetizar os artefatos forâneos que eram consumidos pela elite via importação e destina-se por isso a uma necessidade limitada de modo que se torna praticamente estéril. Ao mesmo tempo se mantêm o desequilíbrio estrutural, pois a economia de divisas que se faz com a produção interna dos artigos anteriormente importados se anula com a necessidade de importação das máquinas e insumos necessários que o processo de industrialização ainda não fora capaz de internalizar.

Soma-se isso ao fato da inserção e dominação dos trustes internacionais no processo de industrialização da periferia que se dá após a segunda grande guerra. Caio Prado enfatiza que a transferência de unidades produtivas para a periferia, longe de maior autonomia ao mercado representa um reforço ao sistema colonial, responsável primeiro de nossas deficiências e bloqueador de um modo de desenvolvimento nacional. Nas suas palavras (1987, p.88), (...) são os trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento (...) incapacitando por isso a promoção de um desenvolvimento por suas próprias forças.

Temos assim que, embora a economia brasileira tenha experimentado vultuosas transformações em âmbito econômico e social, ela ainda guarda a essência de seu passado colonial o qual subjuga sua dinâmica ao esteio do capitalismo organizado nas regiões centrais. Diz Caio Prado (1987, p.91):

Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que vem acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não consegui integrar-se nacionalmente (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 91).

Qual seria o caminho rumo a construção de um modelo de desenvolvimento que supere nossas contradições, segundo Caio Prado? Para ele isso se daria com o rompimento das relações dependentes que remetem a nosso passado colonial. Isto é, o Brasil ainda precisa se constituir enquanto nação, com um projeto de desenvolvimento voltado para as ambições e aspirações de seu povo. Só assim, com a libertação de nossas contingências coloniais poderíamos existir enquanto nação e, portanto nos desenvolvermos integralmente.

#### **4. Considerações Finais**

Celso Furtado e Caio Prado Junior foram dois teóricos contemporâneos que vislumbravam a possibilidade de um Brasil melhor, transformado e mais justo para seu povo. Ambos não só se debruçaram longamente sobre matrizes teóricas buscando encontrar soluções para a realidade brasileira, como também atuaram no campo político em busca desse mesmo objetivo: o desenvolvimento do Brasil.

O interessante é notar que embora adviessem de arcabouços teóricos distintos – Celso Furtado da corrente cepalina/estruturalista e Caio Prado marxista – os dois autores possuem relativa compatibilidade de suas leituras sobre a inserção brasileira no mercado mundial e a necessidade da construção de uma teoria com poder explicativo para essa realidade. Isso esclarece porque os mesmos foram fortes contestadores das teses hegemônicas que sugeriam ser o modelo de desenvolvimento assumido pelos países centrais, fruto de um caminho no qual as economias subdesenvolvidas necessariamente alcançariam.

Furtado e Prado viram não somente que esse pensamento era equivocado, como o mesmo reforçava a situação subordinada que o Brasil se encontrava. Se o subdesenvolvimento era percebido por possuir uma lógica autônoma, na visão de Furtado, a mesma remetia à herança funesta de seu passado colonial, para Caio Prado. A partir desse reconhecimento ambos autores vem apontar as dificuldades encontradas pelas economias dependentes em compatibilizar a incorporação de um progresso econômico capaz de integrar o conjunto da população em uma forma de desenvolvimento igualitária.

Vimos que, por diferentes ângulos, os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento nas economias dependentes relacionam-se à falta de autonomia da economia nacional e a ausência de um mercado interno capaz de animar o processo de desenvolvimento. Mais que isso, vimos em Furtado que nas formações subdesenvolvidas, em virtude de sua severa dependência tecnológica, as mudanças de base econômica estariam sendo guiadas pela ideologia do centro hegemônico do capitalismo de modo a constituir uma subordinação cultural. O mimetismo dos processos de produção do centro viria, em conjunto com o mimetismo cultural, ampliando com isso a profundidade e alargamento da dependência.

Já, de acordo com o pensamento de Caio Prado, podemos argumentar que o modelo de industrialização seguido pelo Brasil e outros países da América Latina reacenderam as contradições vivas de seu passado colonial, que persistem incrustados na sociedade boqueando a concretização de um projeto de desenvolvimento sob bases nacionais.

Portanto ao procurar mimetizar o modelo de desenvolvimento seguido pelas economias centrais, o Brasil estaria cada vez mais preso à sua lógica dependente, para Furtado, e mais distante ainda estaria, na visão de Prado, de se constituir o almejado projeto de formação de nação que até hoje não lograríamos ter alcançado. Em virtude disso, se nossa cultura reflete os padrões de desenvolvimento das economias centrais, tornando

cada vez mais distante o rompimento de nossa relação dependente, isso se daria porque ainda hoje não nos livramos dos laços de nosso passado colonial.

## 5. Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil” na obra de Caio Prado Junior. In: CULTURA e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. VI. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.